

A invasão do Iraque e o Programa Iraquiano de Armas de Destruição em Massa

por Lucas Hage Chagas¹

Resumo

Logo após o início da invasão ao Iraque, em março de 2003, o presidente norte-americano George W. Bush fez um pronunciamento de justificação da mobilização das tropas. A existência de um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, alimentado pelo regime de Saddam Hussein, foi um dos argumentos apontados para dar suporte à “resposta” liderada pelos Estados Unidos. Após a invasão e ocupação do país, as buscas pelos famigerados armamentos se mostrou infrutífera e os governos americano e britânico, sobretudo, acharam-se pressionados pela opinião pública internacional, que ainda lhes cobra as reais motivações da invasão do Iraque.

Introdução

Após ultimato americano para extinção de armamentos de destruição em massa, e contra as decisões do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), na noite do dia 19 de março de 2003, os Estados Unidos iniciavam a Segunda Guerra do Golfo, com bombardeios a alvos selecionados na capital do Iraque, Bagdá. Em poucas semanas a cidade estaria tomada e o regime de Saddam Hussein derrubado.²

O escopo da invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, a despeito de motivações e justificativas, perpassava pela derrubada do regime de Saddam Hussein. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e o fim do regime do Taliban no Afeganistão comumente figuram na composição do quadro em que se

1 graduando do 4º período de Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB - e do curso de Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB

2 MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. Introdução.

desenvolveu a Segunda Guerra do Golfo. Um capítulo da “guerra global contra o terrorismo”.³

Havia estima, por parte dos Estados Unidos, da existência de vínculos entre o Chefe iraquiano, Saddam Hussein e o líder do grupo terrorista Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Apesar de o partido de Saddam, Ba’ath, afirmar-se laico, não faltaram referências ao Islã por ocasião da Primeira Guerra do Golfo, em 1990/1991. Após os eventos de 11 de setembro de 2001, tal suspeita bastava para pôr em alerta o governo norte-americano na condução da política externa antiterror.⁴

Esta orientação da política externa norte-americana, definida a partir do governo de George W. Bush, cumpria o projeto de construção de um novo século, eminentemente americano. Isto significava, essencialmente, o desenho de um sistema internacional assentado em valores americanos, como expresso nas políticas dos Estados Unidos para o controle armamentista, controle do comércio internacional e orientação das pautas de discussão. Representava, pois, a ameaça de um unilateralismo normativo nas relações internacionais.⁵

Em pronunciamento presidencial, logo após as primeiras movimentações do exército norte-americano, George W. Bush fez referência a valores democráticos e liberais que foram apresentados como aspirações morais universais, no intuito de justificar a invasão do Iraque sob o ponto de vista ético.⁶ Foram elucidadas como justificativas o suporte supostamente dado pelo regime de Saddam Hussein a grupos paramilitares terroristas e o desenvolvimento de um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa.

As expectativas iniciais norte-americanas, pela

3 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Introdução.

4 LACOSTE, Yves. *Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui*. Larousse, 2012 (2006). Pp. 312-313.

5 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Introdução.

6 Discurso disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53194.shtml>.

forma de condução da invasão, eram otimistas, acreditando que as táticas de bombardeio, alimentadas pelo discurso de libertação da população iraquiana, conduziriam a um rápido colapso do regime de Saddam e a pronta transição para a “paz e a estabilidade democráticas”. Em análise retrospectiva, as expectativas acertariam quanto à rapidez da desmontagem do governo, mas errariam no último ponto.⁷

Logo após o início da invasão houve um breve momento de consternação diante da adversidade do clima, de alguns problemas com as primeiras campanhas e do ataque às rotas de suprimento das tropas americanas e das forças de coalizão. Entretanto, esta descrença logo foi afastada, quando, em três semanas o regime de Saddam Hussein entrou em colapso. Logo, o entusiasmo na administração Bush se encarregaria de tomar o “sucesso” na invasão como uma prova do “século americano”.⁸

Quanto à extensão do conflito, o entusiasmo de uma pacificação breve era a regra. Somente uma análise, veiculada à época no jornal *Open Democracy*, previa que este seria “um conflito que se postergaria por anos”. Mas, mesmo esta previsão não acertou em todos os pontos. De fato, conforme previsto, o conflito se alastraria por um tempo bem maior que se imaginara, e sairia extremamente caro aos Estados Unidos, mas sobretudo para a população civil iraquiana. No entanto, esta análise errou ao atribuir à resistência do regime o prolongamento da invasão.⁹

Logo após a queda de Saddam, a situação do Iraque era de conflito. O Estado se encontrava em completo desregramento social. A polícia iraquiana era disfuncional, e as forças de coalizão mostravam-se incapazes de manter a ordem pública. Não havia, entretanto, nenhum indício de apelo às forças de reconstrução da Organização das Nações Unidas. Ao contrário, os Esta-

dos Unidos tomavam o controle de amplos segmentos da economia iraquiana, e logo se começou a falar em bases permanentes.¹⁰

Apesar da negativa americana quanto à existência de qualquer relação entre a derrubada do regime de Saddam e o controle do fornecimento de petróleo pelo Iraque, este era um tema cada vez mais recorrente nos países do Oriente Médio. Esta suspeição se acentuou à medida que ia-se percebendo que o elemento nuclear das motivações da guerra – as armas de destruição em massa – era, de fato, inexistente.

A crença de que o escopo da invasão do Iraque centrava-se na sujeição de um Estado-chave do mundo árabe ao controle do ocidente, e mais especificamente dos Estados Unidos, espalhava-se pelo Oriente Médio. Apesar de toda a oposição árabe a certos aspectos do regime iraquiano, era maior a oposição ao controle norte-americano do país. A pauta central nestes países era, inequivocamente, a atribuição da invasão a interesses econômicos ligados ao fornecimento de petróleo.¹¹ Ao início de junho de 2003, já havia no ocidente a consciência, que o escopo da invasão não era a “libertação”, mas antes a “ocupação” do Iraque. À mesma época, já se colhiam evidências de que a oposição levantada contra a ocupação militar se espalhava e deixava de limitar-se a ataques esporádicos para se tornar algo muito mais sólido. Havia, pois, uma insurgência de resistência.¹²

Apesar destes focos de resistência, a postura das autoridades norte-americanas transparecia evidente negligência e menosprezo. Os insurgentes eram tratados como “resquícios” do regime de Saddam, que alimentavam ataques em oposição à ocupação do país. O pentágono se empenhava em afirmar-se como autoridade máxima, e julgava mesmo que o Iraque estava sob firme controle militar. Apesar desta visão míope da

7 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 01-02.

8 Idem. Págs. 01-02.

9 Idem. Págs. 01-02.

10 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 30-31.

11 Idem. Págs. 30-31.

12 Idem. Págs. 30-31.

situação em que se encontrava o país invadido e ocupado, havia, entre as autoridades norte-americanas, o reconhecimento da dificuldade que se enfrentava na redução do número de tropas destacadas para pôr o país sob controle.¹³

Estes insurgentes, hostis ao controle ocidental do Iraque, promoviam ataques às forças policiais, às forças armadas e missões diplomáticas. Um destes movimentos de maior significado foi o ataque à sede da ONU no país. Além das mortes provocadas, este ataque reverteu-se de um significado maior. A sede da ONU era um dos únicos pontos seguros de Bagdá, e o atentado mostrava às Nações Unidas que os Estados Unidos não tinham o firme controle do país; além de pôr em evidência o antagonismo existente entre a administração Bush e os interesses da Organização.¹⁴

A guerra ao terror mantinha o seu crédito, apesar de contrastar fortemente com qualquer análise detida da política externa norte-americana e seus efeitos. Dois anos de guerra declarada ao terrorismo e a Al-Qaeda permanecia em atividade. O Afeganistão ainda restava extremamente inseguro e crescia entre os países árabes o sentimento antiamericano.¹⁵

Programa Iraquiano de Armas de Destruição em Massa

O partido de Saddam, Ba'ath, desde a sua fundação era entusiasta do desenvolvimento de um programa de armas de destruição em massa. Ademais, o partido via o Iraque como um ator regional importante. Seu papel era relevante, sobretudo no que cumpria deter o poderio singular de Israel na região. E, nesse mister, mostrava-se imperativo ao partido que o país estivesse munido com um arsenal nuclear.¹⁶

13 Idem. Págs. 57-58.

14 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 90-91.

15 Idem. Págs. 90-91.

16 Idem. Pág. 92.

Na década de 1970, o Iraque já havia demonstrado interesse num programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. O foco era em armamentos nucleares e químicos; e biológicos, em segundo plano. O país chegou mesmo a investir na construção de um arsenal nuclear, a partir do enriquecimento do plutônio.¹⁷ Com a ajuda da França, Saddam construiu uma base nuclear em Osirak. Esta atividade precisava ser desenvolvida de maneira geograficamente centralizada, o que tornava o programa vulnerável a ataques externos. Em 1981, o Estado de Israel destruiu o reator de Osirak, fazendo com que o Iraque mudasse a sua estratégia nuclear.¹⁸

O programa iraquiano foi diversificado: dezenas de bilhões de dólares foram usados na compra de equipamentos militares dos europeus, a indústria de armamentos do país foi ampliada, e os programas de pesquisa no setor, fomentado. Durante a maior parte da década de 1980, o Iraque foi o maior comprador singular de armas do mundo. De acordo com as Nações Unidas, o país importou 819 mísseis de longo alcance, e modificou mais da metade para que atingissem alvos ainda mais distantes.¹⁹

O programa de Estado para produção de pesticida chegou a ser sediado no Salman Park, um campo de treinamento terrorista. O Iraque também adquiriu, através deste, uma ampla variedade de agentes biológicos. De acordo com um relato feito a um inspetor da ONU pelo General Nizar Attar, que presidiu os programas iraquianos de desenvolvimento e pesquisa de agentes biológicos, o Iraque estabeleceu, em 1986, planos para converter tais agentes em armas.²⁰

Os agentes letais incluíam: Anthrax, Botulinum, Brucellosis e Tularaemia. Segundo as Nações Unidas,

17 Idem. Pág. 92.

18 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

19 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

20 Idem. Págs. 60-62.

ao final do 1987 e início de 1988, foram realizados os primeiros testes de campo, e em 1989, os agentes biológicos foram testados em bombas aéreas, mísseis e outras munições. Os inspetores também descobriram que o regime vinha utilizando estes armamentos em estudos com macacos e outros animais. Ao final da década de 1980, o Iraque já possuía em torno de 200.000 “munições especiais”, das quais cerca de metade preenchidas com substâncias químicas ou biológicas.²¹

A nova base escolhida foi o urânio, enriquecido em diversos pontos do país. Paralelamente, o Iraque proliferou o desenvolvimento de armas químicas, sobretudo com o gás de mostarda; além do início a um programa mais efetivo de produção de armas biológicas. Estes armamentos químicos eram usados reiteradamente contra forças terrestres do Irã e mesmo civis iraquianos, curdos e xiítas, à época em que Iraque e o ocidente mantinha aliança, mesmo que informal.²²

Em 1991, à ocorrência da Primeira Guerra do Golfo, o programa iraquiano de armas de destruição em massa ainda era inicial, mas tinha alguma capacidade objetivamente constatável e, provavelmente, seria prontamente utilizado caso o regime se achasse ameaçado. Ao final da guerra, a ONU, através da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) instituiu uma Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), a fim de desmantelar ao máximo o programa iraquiano.²³ O próprio regime havia detalhado meticulosamente o seu arsenal ilegal. E graças à UNSCOM, estes detalhes foram documentados e publicizados como poucas vezes se viu anteriormente. De acordo com o relatório final da Comissão, submetido ao Conselho de Segurança da ONU em 1999, o empenho do Iraque no desenvolvimento de armas biológicas remetia aos anos 1973 ou

21 Idem. Pág. 63.

22 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 92.

23 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 92.

te do país.²⁴

O próprio regime iraquiano havia documentado a condução de “pesquisas sobre microrganismos para fins militares”²⁵, entre 1974 e 1978. Em meados da década de 1970, o país também deu início ao empenhimento de esforços no desenvolvimento e aquisição de armas químicas. O Iraque construiu indústrias químicas, produziu as matérias primas necessárias para a produção destes armamentos, e comprou ingredientes químicos de fontes confiáveis, como a Alemanha e a França.²⁶

Por acordo firmado ao final da Primeira Guerra do Golfo, ampla quantidade de armas químicas e seus meios de produção foram destruídos. A UNSCOM acompanhou de perto a destruição de vários mísseis e suas linhas de fabricação. A inspeção da ONU, através da AIEA, foi, no geral, bem sucedida no combate às armas de destruição em massa, mesmo as de natureza nuclear. De 1991 a dezembro de 1998, os inspetores da ONU acompanharam a destruição de “todos” os mísseis, armas químicas e facilidades nucleares iraquianas. Em verdade, não havia, ao final da inspeção, clareza quanto ao caráter “total” da destruição dos armamentos. O programa de desarmamento do Iraque não havia logrado muito sucesso no que diz respeito à remoção das armas biológicas. Acreditava-se, sem que se soubesse ao certo, que o programa de armas de destruição em massa iraquiano estava findo.²⁷ Tampouco houve um acompanhamento acurado após a retirada das equipes de inspeção da ONU em 1998. Até 2003, quando da ocorrência da Segunda Guerra do Golfo, restava a incerteza quanto à capacidade bélica iraquiana, potencial ou efetiva.

24 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

25 Idem. Págs. 60-62.

26 Idem. Págs. 60-62

27 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Págs. 92-93.

A Capacidade Bélica Iraquiana em 2003

No início de 2003, contudo, na iminência da invasão americana ao Iraque, havia três impressões distintas quanto à capacidade bélica do país invadido. Em um extremo, figurava a crença de que o Iraque mantinha um programa clandestino de desenvolvimento de agentes químicos e armas biológicas, além de um programa de reconstituição dos mísseis e da capacidade nuclear. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sediado em Londres, adotou este ponto de vista, mas com certa precaução. De maneira mais irrestrita, os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido também adotaram tal visão. Este último chegava mesmo a alertar uma capacidade de ataque imediato, tratando o Iraque como uma ameaça de ambições agressivas.²⁸

No outro extremo, alguns especialistas em armas químicas e biológicas, que realizavam análises independentes, consideravam improvável qualquer capacidade iraquiana efetiva, não somente devido às limitações do país, mas porque as armas químicas e biológicas estocadas por um longo período de tempo são inutilizáveis. Além do mais, não havia evidências de nenhum programa de recuperação destes armamentos.²⁹

Uma terceira percepção da capacidade bélica do Iraque dá conta de que o país tinha alguma capacidade de uso de armas químicas e biológicas, mesmo que limitada. Estas estariam disponíveis para serem utilizadas diante de qualquer ameaça ao regime de Saddam Hussein. Isto é o que parece ter ocorrido em 1991: As forças norte-americanas não destruíram o regime à época.³⁰ Esta terceira posição - de uma capacidade iraquiana limitada - cria um dilema para a análise das justificativas apresentadas pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido para a invasão em 2003. Se era limitada, a referida capacidade não bastaria para justificar a

invasão. Por outro lado, mesmo que limitada, representava um risco, em caso de uma guerra eventual.³¹

Houve também uma posição pragmática adotada por ocasião das demandas por justificativas junto aos governos dos países invasores. Esta assumia que o regime destruíra seus armamentos às imediações da guerra. Não é um argumento razoável, e sua sustentação parece pouco intuitiva. É possível que o regime de Saddam tenha freado o programa de desenvolvimento destas armas, a fim de evitar sanções internacionais, retomando-o na eventualidade de uma tentativa deliberada de derrubar o governo e tomar o país.³²

As Justificativas e os Direitos Humanos

Os elementos centrais da justificativa americana na propositura da “intervenção” militar no Iraque junto ao Conselho de Segurança da ONU foram a existência de um programa agressivo de desenvolvimento de armas de destruição em massa e o suporte, pelo regime de Saddam, a grupos terroristas, sobretudo a Al-Qaeda. Era uma argumentação, portanto, essencialmente humanitária, que advogava para si a tutela da legitimidade jurídica internacional. No entanto, diante da inexistência de acordo na deliberação do Conselho, em que pese a oposição levantada pela França e pela Alemanha, não se hesitou em, deliberadamente, transgredir as normas do Direito Internacional. Os Estados Unidos, acompanhados pelas forças da coalizão formada em apoio, invadiram o país em março de 2003.

George W. Bush, com o apoio do Congresso norte-americano e de grande parte da opinião pública; seguido por Tony Blair, apesar da expressiva oposição da opinião pública britânica, liderou a invasão. A Polônia, que tinha acabado de ingressar na OTAN,

28 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 93.

29 Idem. Pág. 93.

30 Idem. Pág. 93.

31 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 93.

32 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 93.

prontamente apoiou os Estados Unidos, como que na tentativa de mostrar sua efetiva aliança à organização militar.³³

Quatro meses depois da tomada de Bagdá, falava a procura pelas armas de destruição em massa. “Surpreendentemente”, não parecia haver qualquer capacidade de produção ou armazenamento de tais armamentos. Apesar da situação constatada, mantinha-se firme a posição, sobretudo do governo britânico, que insistia na existência do arsenal, a ser encontrado em algum lugar do país.

A coalizão atribuía o fiasco da busca pelas armas a um “grupo de pesquisa iraquiano”³⁴. Em verdade, omitia o fato de que, assim que o regime caiu, em abril de 2003, as forças armadas americanas puseram no Iraque grupos de especialistas, incumbidos de visitar os spots estratégicos, indicados por levantamentos prévios da inteligência norte-americana. E estes nada encontraram.³⁵

O resultado destas primeiras buscas criou uma situação controversa a respeito das condições do país invadido em sustentar um programa bélico realmente ameaçador. Esta indagação tinha maiores implicações no Reino Unido. O perigo do programa de armas de destruição em massa havia sido o argumento levantado no Parlamento para fins de se obter apoio à guerra. Diante dos primeiros resultados obtidos com a invasão, não faltavam demandas pelos verdadeiros interesses subjacentes à derrubada do regime.

Se os armamentos que justificaram a invasão, revestindo-lhe de um mínimo de legitimidade - porém não de legalidade internacional -, não estavam em lugar algum no Iraque, os governos agora perdiam também o fundamento humanitário. Como podiam manter-se alegações de que o regime de Saddam Hussein utilizava

33 LACOSTE, Yves. Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui. Larousse, 2012 (2006). Págs. 312-313.

34 (Grifo nosso).

35 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Págs. 91-95.

destas armas contra a própria população civil iraquiana? Que ameaça regional (a Israel) ou global poderia imputar-se ao Iraque?³⁶

Mesmo plausível, o argumento humanitário da invasão do Iraque seria vazio, na medida em que o regime de Saddam Hussein mantinha vínculos estreitos com a maioria dos países ocidentais – incluindo-se os Estados Unidos e o Reino Unido – à época dos maiores abusos aos direitos humanos, como em fins da década de 1980. Ademais, a desordem que se seguiu à queda do regime não era em nada condizente com qualquer propósito humanitário.³⁷

Conclusão

Em 2003, a capacidade bélica iraquiana, realmente existente, contrastava sobremaneira com o que sustentavam os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido. A ameaça de um programa agressivo de desenvolvimento de armas de destruição em massa, bem como da existência de alianças entre o regime de Saddam Hussein e os grupos terroristas, não parecia factível. Pelo menos era o que reportavam as equipes de especialistas enviadas após a invasão para achar e destruir os alarmados armamentos.

O Iraque investiu pesadamente, em outro momento, no desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares. Após a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, contudo, o programa criado neste ínterim foi desmantelado sob a inspeção das Nações Unidas. O resultado da busca, após a invasão de março de 2003 parecia informar que o regime de Saddam não havia retomado as estratégias bélicas de outros tempos. George W. Bush e Tony Blair acharam-se pressionados pelas

36 MILLER, Steven E. Gambling on War: Force, Order, and the Implications of Attacking Iraq. In: War With Iraq: Costs, Consequences, and Alternatives. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2002. Pág. 22.

37 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Págs. 57-58.

indagações a respeito dos motivos para a invasão ao país, mesmo diante da negativa do Conselho de Segurança da ONU, como impõe a legalidade internacional.³⁸

Em verdade, desde os primeiros momentos da movimentação de invasão do Iraque, figuram indícios de ocupação e controle, ao invés de intervenção e libertação. Derrubado o governo de Saddam Hussein, Bagdá foi tomada, emitiam-se informações extraoficiais do número de baixas civis e militares. A pretensão de controle do Iraque pela coalizão era constatável: empresas norte-americanas ganhavam os contratos de reconstrução ao final da invasão, estatais iraquianas foram privatizadas, o exército do país, dissolvido.³⁹

A opção foi por continuarem - pelo menos oficialmente - a empreender as buscas aos armamentos de destruição em massa. Mesmo que as equipes de investigação encontrem evidências da existência destas armas, certamente estas estarão longe do mínimo exigível para que se possa alegar uma ameaça como justificativa para a invasão.⁴⁰ Ademais, passados 11 anos, pode-se pôr em questão mesmo o crédito que teria qualquer descoberta de provas da existência da ameaça outrora elucidada.

REFERÊNCIAS

ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006.

MILLER, Steven E. *Gambling on War: Force, Order, and the Implications of Attacking Iraq*. In: *War With Iraq: Costs, Consequences, and Alternatives*. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2002.

LACOSTE, Yves. *Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui*. Larousse, 2012 (2006).

KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*.

38 Idem. Pág. 95.

39 Idem. Págs. 30-31

40 Idem. Pág. 95.

São Paulo: Editora Saraiva, 2004.